

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA  
SOBRE O TEMA INFRA-ESTRUTURA**

Aos dez dias de julho de dois mil e seis, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Câmara Municipal de Fortaleza, a Senhora Ana Paula Rabelo declarou aberta a audiência do Plano Diretor Participativo de Fortaleza sobre o tema infra-estrutura. Informou que as inscrições para o referido evento se encerrariam às dezessete horas e quarenta minutos, informou ainda que todas as propostas para serem apreciadas e asseitas deverão ser escritas e assinadas pelos proponentes. Para presidir esta audiência foi convocado o Vereador Lula Moraes, que com uso da palavra cumprimentou e saudou os presentes e fez a composição da mesa com os convidados: Sr. José Joacy Costa Sousa, representante da Secretaria de Infra-estrutura de Fortaleza, Sr<sup>a</sup> Ivone Cordeiro, diretora da FUNCET, Sr. José Firmiano de Sousa Filho, representante do núcleo gestor, Sr. José Meneleu Neto, secretário de Planejamento e Orçamento e o Sr. Praxedes, representante da CAGECE. Foi anunciada a presença do Vereador João da Cruz, Presidente da Comissão de Urbanismo e Meio Ambiente e da assessoria da vereadora Fátima Leite. Depois da composição da mesa, o vereador Lula Moraes falou da importância dos habitantes de Fortaleza participarem e discutirem sobre o Plano Diretor Participativo de Fortaleza, que é instrumento básico da política de desenvolvimento urbano da cidade. Logo após passou a palavra para o Sr. Meneleu, Secretário de Planejamento e Orçamento, que saudou os presentes e acrescentou que esse tema é fundamental e que o modelo de organização espacial da cidade é consequência de um modelo de construção da cidade. Afirmou que o plano diretor é um instrumento para a construção de uma cidade mais equilibrada do ponto de vista espacial, embora a cidade seja marcada por disputas dentro deste espaço. O objetivo dessa discussão é a possibilidade da redução da exclusão social em um contexto em que a dinâmica da cidade capitalista se contrapõe ao planejamento público. Desta forma, ressaltou que o plano diretor se propõe a construir uma cidade com equidade em que o cidadão tenha de fato o direito à cidade. A Sr<sup>a</sup> Ivone Cordeiro fez o uso da palavra, saudou os presentes e reafirmou a importância da discussão do plano diretor participativo em Fortaleza. O Sr. José Joacy fez o uso da palavra e reiterou a importância da discussão e implantação do plano diretor, visto que ele será o norteador das políticas e atividades para os próximos anos. O Sr. Firmiano saudou os presentes e falou sobre o núcleo gestor, o qual tem levado, através dos seus componentes, a discussão do plano diretor para as secretarias, ONG's e demais instituições que o compõem. O vereador Lula Moraes desfez a mesa de abertura e convocou os técnicos Marcelo Gondim e Beatriz Rufino, representantes da SEPLA, e José Joacy Costa Sousa – representante da Secretaria de Infra-estrutura. O Sr. Marcelo Gondim e a Sr<sup>a</sup> Beatriz Rufino fizeram a apresentação técnica sobre infra-estrutura urbana. Marcelo explicou sobre responsabilidades e competências da Infra-estrutura e que os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia são fundamentais na definição dos padrões de adensamento e dos eixos de expansão da cidade, e que no entanto não é de competência do município de Fortaleza a operação destes sistemas. Falou dos componentes da Infra-estrutura Urbana: Saneamento Básico; Rede de abastecimento de água; Rede de esgotamento sanitário; Saneamento Ambiental; Sistema de drenagem; Resíduos sólidos (tratamento e destino final); Limpeza urbana; Energia elétrica; Rede de distribuição de energia elétrica; Tele-comunicações; Rádio e Televisão; Telefonia; Rede de cabos de fibra óptica. Informou que quanto ao Abastecimento d'água, segundo o censo do IBGE-2000, do total de 526.079 domicílios de Fortaleza 87,22% possuem atendimento por rede geral, e que em relação ao Esgotamento Sanitário, antes do

programa SANEAR, em 1993, o sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza era bastante precário. Apesar de já existir o emissário submarino, a rede coletora atendia a 20% da população total. No ano de 2000, dos 526.079 domicílios de Fortaleza (IBGE), 44,40% estavam ligados à rede geral de esgoto e 3,23% estavam desprovidos de qualquer modalidade de esgotamento sanitário; 19% tratavam seus efluentes com base em fossa séptica; 30,18% com fossa rudimentar e 3,19% com outro tipo de solução. Marcelo explicou que o Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Fortaleza, elaborado em 1978, dividiu o Município de Fortaleza em três principais macro-bacias de drenagem = Bacias hidrográficas (rios) Vertente Marítima, Cocó, Maranguapinho e Pacoti. Falou do Sistema Artificial de Drenagem composto por galerias e canais, tornou-se ineficiente; Motivos: Deposição de lixo às margens dos canais; Precariedade de manutenção Insuficiência de atendimento da rede de micro-drenagem; Galerias e bueiros menores que o necessário; Ausência de pavimentação em várias vias; Explicou os problemas provocados pela carência de drenagem, em especial a ligação irregular da canalização de esgotamento sanitário às galerias de águas pluviais; alagamento das ruas e avenidas; transbordamento de canais ou riachos; destruição da pavimentação; quebra da rotina de atividades da cidade; riscos à saúde. Marcelo falou da política de Resíduos sólidos e Limpeza Urbana Produção de lixo em Fortaleza, informando que a cidade produz 70 mil toneladas/mês de lixo domésticos, sendo 6.843 toneladas/dia de resíduos originados da construção civil, podas, varrição e rampas de lixo; e 196 toneladas/mês de resíduos sépticos prejudiciais à saúde. Explicou que Fortaleza utiliza o ASMOC - Aterro Sanitário Metropolitano Oeste - situado em Caucaia (em operação desde 1998) e que o aterro do Jangurussu (lixão) implantado em 1977, está desativado. Atualmente funciona como estação de transbordo, centro de tratamento de resíduos perigosos e o centro de triagem. Informou que as Secretarias Regionais – SER fiscalizam as 25 Zonas Geradoras de Lixo – ZGL e que a coleta domiciliar produz 2.583 ton/dia através da ECOFOR AMBIENTAL S/A . Quanto ao abastecimento de Energia Elétrica, entre as classes de consumo, a residencial é a que registra o maior crescimento (966.656 Mwh), seguida da comercial (798.325 MWh) e da industrial (408.873 Mwh); e que tanto o número de consumidores quanto o consumo de energia elétrica em MWh aumentaram durante o período de 1997-2003, passando de 453.615 para 623.159. A Arquiteta Beatriz Rufino, da SEPLA, explicou que a estrutura urbana reflete as condições atuais da espacialização das atividades e as redes de equipamentos e de infraestrutura básica. Traduz, também, as diretrizes gerais e setoriais do desenvolvimento e de expansão do Município, que contemplam, principalmente, a desconcentração e descentralização das atividades, enfatizando: as macrozonas de distribuição espacial das atividades sócioeconômicas e da população; as microzonas de densidade das atividades sócioeconômicas e da população; as áreas especiais; os sistemas viários estruturais; os sistemas de transporte; a infraestrutura básica. Explicou também que a cidade é dividida em três macrozonas de planejamento: macrozona urbanizada - atendida integralmente pela rede de abastecimento d'água e parcialmente pelo sistema de esgoto, com a maior concentração da população e das atividades urbanas; macrozona adensável - atendida em parte pelo sistema de abastecimento d'água, sem sistema de coleta de esgotos, com uma tendência de expansão das atividades urbanas, com possibilidade de ordenamento e direcionamento da implantação da infraestrutura, sem prejuízo da ocupação existente; macrozona de transição - área não adensada, sem infraestrutura de água e esgoto, configurando-se área de reserva para expansão urbana, com características urbanas e agrárias. Explicou que Macrozonas são porções do território do Município, delimitadas por lei e caracterizadas por ocupação, condições de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos diferenciados, identificadas como áreas de planejamento das ações governamentais; e Microzonas são porções do território do Município, localizadas em quaisquer macrozonas, caracterizando-se como áreas de controle da densidade, do uso e da ocupação urbana. Beatriz falou que a estruturação urbana contém, dentre outras, as áreas especiais onde se aplicam as diretrizes da política urbana,

principalmente as relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo, e estão definidas na atual estrutura urbana as seguintes áreas especiais: Áreas de interesse ambiental (dunas); Orla marítima; Faixas de praia; Áreas de preservação; Áreas de proteção; Áreas de interesse urbanístico; Áreas institucionais; Áreas de urbanização prioritária e Área industrial. Beatriz lembrou que as áreas de urbanização prioritária possuem padrões de uso e ocupação do solo diferenciados e exercem influência sobre áreas vizinhas. Para estas áreas deveriam ser elaborados planos urbanísticos próprios, e que a estrutura urbana da cidade contempla as seguintes áreas de urbanização prioritárias: Centro; Aldeota; Carlito Pamplona; Antonio Bezerra; Parangaba; Montese; Messejana e Seis Bocas. Terminada a apresentação técnica, Paulo Rabelo compôs a mesa de debate com Joacy Costa Souza, Coordenador de Infraestrutura, representando o secretário da SEINF, Luciano Feijão, os técnicos da SEPLA Marcelo Gondim e Beatriz Rufino, informando que cada debatedor teria 03 minutos. Neste momento foi dado início ao debate. A primeira pessoa a falar foi o Sr. Augusto César que questionou os componentes da mesa sobre até que ponto podemos afirmar que Fortaleza é uma cidade exclusivamente urbana, porque no seu ponto de vista é um ledro engano. O segundo a falar foi o Sr. Guilherme Sampaio, representante da associação Novo Paraíso, que afirmou que a cidade está crescendo totalmente desorganizada e responsabiliza os administradores municipais. O terceiro a falar foi o Sr. Daniel Rodrigues, representando o Sr. Raimundo Abreu, que perguntou sobre o sistema viário de Fortaleza e como o mesmo está sendo trabalhado dentro do plano diretor. A quarta pessoa a falar, o Sr. Elenilson, representante da FBFF, questionou as datas dos mapas, visto que são de anos diferentes e perguntou como se dará a integração desses dados. O quinto participante a falar foi o Sr. Meneleu que respondeu os questionamentos do Sr. Augusto César. O Secretário Meneleu fez um breve relato sobre a problemática campo/cidade e o motivo pelo qual as grandes metrópoles aumentaram o índice populacional e as consequências sociais desse fato. A mesa se pronunciou sobre os questionamentos com o representante da secretaria de infraestrutura afirmando que as demandas da cidade são muitas e que a secretaria nem sempre pode responder no mesmo ritmo. O Sr. Marcelo, representante da SEPLA, afirmou que oficialmente Fortaleza é considerada por lei totalmente urbana e salientou que em algumas partes da cidade existem bolsões de adensamento, ou faixas de transição, que servem como “reservas naturais” para a cidade. Recomeçando o segundo bloco de inscrições, a primeira pessoa a falar foi o Sr. Leandro, representante do bairro Siqueira, ele denunciou que no bairro há um problema de definição de limites entre as cidades de Fortaleza e Maracanaú ocasionando a falta de atendimentos básicos como saúde, educação e saneamento e perguntou como pode se planejar a cidade de Fortaleza se sequer se sabe aonde termina seus limites? A segunda pessoa a falar, o Sr. Valentim, ressaltou a ansiedade da população em por em prática o plano diretor de Fortaleza. Falou que não há sincronismo entre Estado e Município e salientou a necessidade da colaboração dos dois “poderes”. A terceira pessoa a falar foi o Sr. Caetano que falou da importância de construir espaços de lazer para a juventude favorecendo a diminuição dos índices de criminalidade. A quarta pessoa a falar, foi o Sr. Gerônimo, representante da associação dos moradores do Jardim Jatobá, preocupou-se também com a falta de demarcação definitiva dos limites dos municípios, pois esse fato vem prejudicando toda comunidade. A quinta pessoa a falar foi Pedro Garcia, representante do Conj. Ceará, denunciou que as praças estão abandonadas. A sexta pessoa a falar foi o Sr. Praxedes, que solicitou o mapeamento das bacias das lagoas de Sapiranga e Precabura pois acha preocupante as construções em áreas de várzeas, bem como a construção de muros prejudicando o fluxo de água dos riachos. A sétima pessoa a falar foi a Sr<sup>a</sup> Águeda representante da Secretaria de infra-estrutura alegou que o plano diretor de 1992 tinha um plano bem definido de infra-estrutura e uma secretaria específica para esse fim mas alegou também que não houve nenhuma interação com a comunidade e efetivamente a população não participou da elaboração do plano. A oitava pessoa a falar, a Sr<sup>a</sup> Goreth, representante da FBFF, falou que a população deveria ter passado por mais capacitações

para poder fazer intervenções com maior certeza, com propostas mais concretas. Fez uma pergunta a mesa sobre a verdadeira quantidade de bairros na cidade de Fortaleza. Sugeriu que o núcleo gestor crie núcleos nos bairros para que a população possa acompanhar de perto as propostas. A Sr<sup>a</sup> Paula, representante da equipe de mobilização do PDP, esclareceu que foram feitas em todas as regionais capacitações para a população e salientou que este é o primeiro Plano Diretor Participativo, que significa que está sendo construído com a participação ativa da população, afirmou ainda que todos os vereadores, secretários municipais e demais órgãos afins com essa temática foram convocados oficialmente. A palavra passou novamente para a mesa, o representante da SEINF alegou que foi criada uma comissão interna na secretaria para estudar os limites dos municípios e essa temática será assunto para a próxima audiência temática que tratará da região metropolitana de Fortaleza. O Sr. Marcelo Gondim, representante da SEPLA, explicou que os mapas apresentados estão de acordo com a lei estadual da divisão do município de Fortaleza, esclareceu que o plano diretor não tem que ser feito de dez em dez anos, na verdade ele tem o prazo de dez anos para ser revisto e que o município tem 116 bairros oficiais, os dois últimos bairros criados foram o Planalto Airton Sena e o Nossa Senhora de Lourdes. Terminado o debate, passou-se para as propostas apresentadas por escrito, transcritas nesta ata conforme apresentadas em audiência. O número total de propostas foram de trinta e uma e se enquadram em quatro categorias:

**Categoria 1** - princípios gerais: 1) promover a organização administrativa de modo a garantir ampla de participação de gestores e técnicos municipais, no planejamento municipal. 2) cada lei específica do plano diretor deverá obedecer, a lei do estatuto da cidade. 3) sistema de planejamento que compreenda instituições de planejamento e gerenciamento urbano e comporte organismos de participação da sociedade civil. Este sistema só é viável se houver um sistema de informação o qual deve estar vinculado ao órgão de planejamento urbano.

**Categoria 2** - diretrizes para o macrozoneamento: 1) reestudar os limites dos bairros do município de modo que estes se adequem a realidade. 2). mudar gradativamente a política da cultura do asfalto e do cimento como também estudar os impactos ambientais e suas conseqüências noticiando de forma cultural para a população de fortaleza e região metropolitana; 3) criar programas sociais e culturais em nossa cidade para fortalecer o vínculo de amor à cidade pelo cidadão fortalezense como: levar conhecimento até as comunidades em geral sobre a história de Fortaleza e costumes de nosso povo em parcerias com as instituições já existentes (camara de vereadores, procuradoria geral do município, FUNCI, OAB-CE FBFF, ONG's e inclusão do idoso) e também a iniciativa privada, transformando o cidadão em um verdadeiro guardião da cidade.

**Categoria 3** - sugestão de implantação de instrumentos: 1) controle rigoroso do avanço da indústria civil, em Fortaleza conforme a lei do ESTATUTO DAS CIDADES. 2) verificação de projetos de construção de condomínios em cada área da cidade, observando os impactos ambientais, de forma bem peculiar, ou seja, por distritos ou bairros e comunidades, preservando as áreas institucionais, também as áreas verdes, transformá-las em ZEIS para o uso de equipamentos públicos, educacional e outros serviços e preservação ambiental definitiva. 3) preservar rigorosamente (iniciando processo de desapropriação pela lagoa do bairro da Serrinha (Itaperoaba) e às margens do rio Cocó transformando-as em ZEIS de preservação ambiental definitiva) 4) Fazer estudos de impacto ambiental de vizinhança na construção de condomínios, estabelecimentos comerciais de médio e grande porte (postos de combustíveis) 5) reflorestar as áreas que foram desapropriadas, como: margens de rios e riachos, lagoas, córregos, encostas e áreas de baixadas e mantê-las como ZEIS de preservação ambiental definitiva; 6) implantar equipamentos urbanos e comunitários, transportes e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e as características locais, sendo bem eficientes; 7) os casos omissos que o plano diretor não tratar (mencionar) ficarão a critério do bom senso do fórum de delegados e conselheiros. 8) Zeis de vazio: preservação do meio ambiente rua Pedro Dantas com Boa Ventura e Carlos Jereissat; Zeis de vazio: carga de lazer, ruas

Carlos Jereissat com Nenem Gonçalves , São Pedro e Maciel Nunes Siqueira; Zeis de vazio: para geração de emprego e renda com mercados e ruas Carlos Jereissate início da base aérea e Major Vaz; zeis de vazio para esporte e lazer ruas Alberto Craveiro, José Albino, rio Cocó e CHESF , zeis de vazio: para habitação na Alberto Craveiro do lado direito da Boa Vista, sentido sertão entre as ruas Professor Nelson Alves e Major Moreira, habitação de interesse social (fazenda uirapuru) 9) Priorizar o mapeamento da bacia da lagoa da Sapiranga e Precabura, visando a identificação e preservação dos recursos hídricos de 1ª e 2ª ordens que em consequência da acelerada ocupação urbana que ora se desenvolve na região com prejuízos evidentes tais como aterros da áreas de várzeas pequenos riachos que compõem o sistema de drenagem natural do bairro da água fria. 10) **Categoria 4 - ações estratégicas:** 1) Rearborizar as vias, avenidas e praças de Fortaleza, coibir o corte indiscriminado de árvores em nosso domínio territorial. 2) Priorizar com investimentos as áreas destinadas ao lazer (praças) com projetos simples de bosques e jardins tornando o espaço belo e de conservação ao meio ambiente; 3) concentrar ações de identificação de domicílios que clandestinamente jogam seu esgoto nas galerias de drenagem de água de pluvial, rios ou riachos, gerando dessa forma poluição de rios, lagoas e do meio ambiente em geral, como é o caso, por exemplo, do canal do jardim América, da aguanambi e Cocó; 4) ampliação e reestruturação da drenagem da cidades como um todo pois quando chove mesmo por pouco tempo, Fortaleza fica com suas ruas alagadas sem condições de locomoção necessárias. 5) colocar em prática os serviços de apreensão animal, pois hoje acontece muitos acidentes causados por animais soltos em vias públicas como: vacas, cães, jumentos, cavalos, suínos, etc. 6) Formação de convênios para facilitar a decisão entre CAGECE com as secretarias executivas regionais para que não emperrem as decisões, o melhoramento da cidade e consequentemente, a população de Fortaleza com melhorias nas condições de vida. 7) dar a devida destinação final aos resíduos gerados pela indústria da construção civil, pois, os mesmos causam grandes prejuízos ao meio ambiente quando jogados á marge de riachos, rios córregos, encostas ou em qualquer lugar, etc. 8) criar uma equipe de fiscalização para o município garantindo atuação no exercício do desempenho da função, executando e atendendo as solicitações e reclamações da população de Fortaleza de maneira eficiente que contemple os anseios da população. 9) implantação do projeto sanear nas áreas que não existe saneamento priorizando as áreas periféricas a cidade. 10) Delinear que a área na avenida Presidente Costa e Silva, entre as avenidas Presidente JK e Expedicionários (defronte ao Conj. Pref. José Walter) seja denominada de Zeis de preservação ambiental e implantação de equipamentos públicos. 11) retirada ou transferência de rede de alta tensão das vias secundárias do bairro Dias Macedo para a Avenida Carlos Jereissat (aeroporto) a retirada da subestação da CHESF do leito do Rio cocó e da COELCE de dentro do bairro Dias Macedo. 12) A BR 116 via de acesso ao bairro Dias Macedo na Av. Carlos Jereissati (aeroporto) entrada e saída. 13) controle e tratamento adequado dos esgotos sanitários, e a destinação final e verificar os condomínios que estão sendo construídos no grande Jangurussu aumentando consideravelmente a demanda de vazão nas tubulações já existentes 14) elaboração de um projeto de macro-drenagem que contemple toda a cidade. 15) em convênio com o Estado que sejam feitos projetos sobre drenagem das ruas em todos os bairros que sofrem no inverno com os alagamentos. 16) desobstruir as margens dos rios e riachos, lagoas, córregos e encostas de acordo com instrumentos jurídicos que possam contribuir. Nada mais tendo a relatar eu, Antonia Cleide da Silva Madeiro, auxiliar técnica da Secretaria de Orçamento e Planejamento de Fortaleza, lavrei a presente ata , cuja lista de presentes no referido evento será anexada ao documento.